

ano 22 – n. 89 | julho/setembro – 2022
Belo Horizonte | p. 1-286 | ISSN 1516-3210 | DOI: 10.21056/aec.v22i89
A&C – R. de Dir. Administrativo & Constitucional
www.revistaaec.com

A&C

**Revista de Direito
ADMINISTRATIVO
& CONSTITUCIONAL**

**A&C – ADMINISTRATIVE &
CONSTITUTIONAL LAW REVIEW**

FORUM

Sumário

Contents

Editorial.....	9
Constitutional identities and traditions: a conundrum for comparative lawyers <i>Identidades e tradições constitucionais: um enigma para os comparatistas</i>	
Sabrina Ragone	11
1 Identities and Constitutions	12
2 A Novel Bottom-Up Perspective.....	14
2.1 Sources.....	14
2.2 Case Law	16
3 The Other Way Around: Identities in Common Constitutional Traditions	22
3.1 Conceptual Issues.....	22
3.2 Methodological Issues.....	25
4 Intersecting Method and Substance: A Synthesis.....	29
References	32
Representación política y equilibrios de género en Italia <i>Political representation and gender balances in Italy</i>	
Silia Gardin	37
1 El valor de la igualdad de género en la representación política	38
2 Notas sobre la aplicación legislativa del equilibrio de género en el acceso a los cargos electivos locales.....	41
3 Equilibrios de género en las instituciones políticas no electivas	44
4 Conclusiones	53
Referencias	54
Constitutional Law around the globe: selection of justices for the Supreme Court of Canada <i>Direito constitucional ao redor do globo: a seleção de juízes para a Suprema Corte Canadense</i>	
Luiz Henrique Diniz Araujo	57
Introduction	58
1 The Constitution Act (1982) and the Supreme Court of Canada.....	60
2 Judicial appointments for the Supreme Court of Canada. Historical aspects	62
3 The advisory board and the new selection process (2016).....	64
4 Criticisms on the selection process	68
Conclusion.....	70
Referências	71
Direito e a política nos julgamentos da Suprema Corte em direito à saúde <i>The Law and Policy in the Supreme Court Judgments about on right to health</i>	
Fernando Rister de Sousa Lima	75
1 Introdução	76
2 Hipóteses de pesquisa.....	78
3 As comunicações jurídicas e políticas nas decisões do Supremo Tribunal Federal em direito à saúde	79
3.1 Argumentação jurídica	79
3.2 Distinguir argumentos para conhecê-los	80
3.3 Argumentos jurídicos e políticos no Supremo Tribunal Federal.....	81
3.4 A forma e o sentido do direito nas decisões analisadas	82

4	Análise parcial das decisões do Supremo Tribunal Federal	85
4.1	Relatório das decisões analisadas	85
4.2	Repercussão Geral nos Recursos Extraordinários (RES) nº 566.471 e 657.718....	93
5	Do resultado da pesquisa	94
5.1	Suprema Corte: um observador que não observa	94
6	O que está por trás da autorreferência do Supremo Tribunal Federal?	99
6.1	Direito à saúde como direito humano irrenunciável	99
6.1.1	Direito moderno como funcional diferenciado.....	101
6.1.2	Conceitos dogmáticos incorporados às decisões da Corte Constitucional	102
6.2	A (parte) Suprema Corte que tipifica o acoplamento estrutural	104
	Referências	107

O princípio da juridicidade e o controle judicial sobre o mérito dos atos administrativos discricionários na implementação das políticas sociais
The principle of juridicity and judicial control over the merits of discretionary administrative acts in the implementation of social politics

Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Jailce Campos e Silva	113	
1	Introdução	114
2	A constitucionalização do direito administrativo	115
2.1	Fundamentos dos atos administrativos	117
2.2	Discricionariedade administrativa	122
3	Reflexos da constitucionalização sobre a discricionariedade administrativa na implementação das políticas sociais.....	125
3.1	As políticas sociais no Estado Constitucional	127
3.2	Os atos administrativos discricionários na implementação das políticas sociais e o controle jurisdicional	129
3.3	(Im)possibilidade de controle do mérito dos atos administrativos discricionários e seus impactos na garantia dos direitos sociais.....	131
4	Considerações finais	137
	Referências	138

A regulação por incentivo como uma alternativa de segurança jurídica em leilões de telefonia móvel
The regulation by incentives as an alternative to legal certainty in mobile telephony auctions

Antônio Alex Pinheiro, Liziane Paixão Silva Oliveira.....	143	
1	Introdução	144
2	A regulação por incentivos como meio de implementação de políticas públicas.....	145
3	O leilão de telefonia móvel da faixa de frequência de 700 MHz.....	149
4	A participação social na implementação da política pública de telefonia móvel de quarta geração (4G) na faixa de 700 MHz	152
5	Fatores determinantes para alterações dos regulamentos finais da política pública de telefonia móvel de quarta geração (4G)	158
6	Elementos de regulação por incentivo nas resoluções da política pública de telefonia móvel 4G	164
7	Considerações finais	168
	Referências	168

Aspectos controvertidos da concessão de rodovias
Controversial aspects of highway concessions

Ricardo Marcondes Martins	171	
1	Introito	172
2	Serviço público, atividade econômica e atividade de infraestrutura	173
3	Contratação x concessão	175
4	Concessão de serviço de transporte x concessão rodoviária	179

5	Contratação de atividade rodoviária	182
6	Convênios de delegação	183
	Conclusões.....	187
	Referências	188

Responsabilidade pública ou diálogo deliberativo: a cooperação como proteção do acesso à justiça, do contraditório e dos direitos fundamentais na solução dos conflitos
Public responsibility or deliberative dialog: cooperation as protection of access to justice, to adversarial procedure and to fundamental rights in conflict resolution

Thiago Vasconcellos Jesus, Sandoval Alves da Silva, Pastora do Socorro Teixeira Leal ..		191
1	Introdução	193
2	O acesso à justiça a partir da ação comunicativa e das necessidades humanas: características e implicações na responsabilidade pública e no diálogo deliberativo.....	194
3	A tutela dos direitos e garantias fundamentais e o contraditório	197
4	O direito de consideração dos argumentos na solução dos conflitos em procedimento de responsabilidade pública ou de diálogo deliberativo.....	205
5	Considerações finais	213
	Referências	214

O TCU, os particulares contratados pela administração e a jabuticaba: a excepcionalidade da orientação atual do tribunal no direito comparado
The Brazilian Federal Audit Court, the individuals hired by the administration and jabuticaba: the exceptionality of the Court's current orientation in comparative law

Eduardo Ferreira Jordão, Luiz Filipe Esteves Cunha		217
1	Introdução	218
2	A controvérsia sobre a atuação do Tribunal de Contas em relação a particulares contratados no direito brasileiro	223
3	O tratamento da matéria no direito comparado	229
3.1	O julgamento de contas de particulares contratados pela administração por tribunais de contas estrangeiros.....	230
3.1.1	O caso do <i>Tribunal de Cuentas</i> espanhol	230
3.1.2	O caso da <i>Cour des comptes</i> francesa.....	233
3.1.3	O caso do Tribunal de Contas português	235
3.1.4	O caso do <i>National Audit Office</i> britânico.....	238
3.1.5	O caso da <i>Corte dei Conti</i> italiana.....	239
3.2	A responsabilização direta ou solidária de particulares por dano ao erário em tribunais de contas estrangeiros.....	240
3.2.1	Jurisdições em que não há qualquer tipo de imputação de responsabilidade por órgãos de controle de contas	241
3.2.2	Jurisdições em que a competência legal das cortes de contas para imputar obrigações é restrita a pessoas específicas	241
3.2.3	Jurisdições em que a falta de clareza sobre o assunto na legislação foi resolvida pela jurisprudência de forma contrária à tese do TCU.....	243
4	Considerações finais	246
	Referências	246

A solidariedade social na pandemia de COVID-19
Social solidarity in the COVID-19 pandemic

Eugênio Moraes Bomtempo, Paulo Cavichioli Carmona.....		251
1	Introdução	252
2	A pandemia e seus reflexos jurídicos e econômicos no cenário internacional	253
3	Políticas públicas e privadas solidárias: a COVID-19 no Brasil.....	262
4	Conclusão	271
	Referências	271

DIRETRIZES PARA AUTORES	
<i>AUTHOR GUIDELINES</i>	277
Condições para submissão	
<i>Submission Preparation Checklist</i>	283
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice</i>	283
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement</i>	284
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação	
<i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>	284